

Demonstrações financeiras

São Luiz Energética S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
São Luiz Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Luiz Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Luiz Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ 116.384/O

São Luiz Energética S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.011	21
Contas a receber	4	5.310	-
Estoques		145	105
Impostos a recuperar		322	164
Despesas antecipadas		350	-
Outros		2	2
Total do ativo circulante		22.140	292
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	11.629	18.573
Imobilizado	6	424.060	366.588
Arrendamento	7	163	218
Outros		19	40
Total do ativo não circulante		435.871	385.419
Total do Ativo		458.011	385.711

São Luiz Energética S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	8	17.513	9.088
Empréstimos e financiamentos	9	14.041	88.953
Impostos e contribuições a recolher		834	454
Dividendos a pagar	11	455	43
Arrendamento		118	77
Total do passivo circulante		32.961	98.615
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	203.382	198.525
Provisões para contingências		1	-
Arrendamento	7	86	165
Total do passivo não circulante		203.469	198.690
Patrimônio líquido			
Capital social	11	219.520	87.840
Reservas de lucros	11	111	601
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11	1.950	(35)
Total do patrimônio líquido		221.581	88.406
Total do passivo e do patrimônio líquido		458.011	385.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	12	31.868	-
Custo de geração de energia	13	(15.967)	-
Lucro bruto (prejuízo)		<u>15.901</u>	-
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(2.622)	-
Outras despesas operacionais		(14)	(9)
		<u>(2.636)</u>	(9)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>13.265</u>	(9)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	1.588	-
Despesas financeiras	14	(11.354)	(7)
		<u>(9.766)</u>	(7)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>3.499</u>	(16)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(1.549)	(19)
		<u>(1.549)</u>	(19)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>1.950</u></u>	(35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.950	(35)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>1.950</u>	<u>(35)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>Reservas de lucros</u>					Recursos	
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado	Total do patrimônio líquido	destinados a aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		87.840	32	459	-	88.331	-	88.331
Reversão do dividendo mínimo de 2020 em reserva	11.c	-	-	110	-	110	-	110
Prejuízo do exercício		-	-	-	(35)	(35)	-	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		87.840	32	569	(35)	88.406	-	88.406
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	131.680	131.680
Aumento de capital via capitalização de AFAC	11.a	131.680	-	-	-	131.680	(131.680)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.950	1.950	-	1.950
Constituição de reserva legal	11.b	-	95	-	(95)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.c	-	-	-	(455)	(455)	-	(455)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	1.365	(1.365)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		219.520	127	1.934	-	221.581	-	221.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.950	(35)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	13.878	-
Depreciação de arrendamento	7	128	-
Juros sobre arrendamento	7	16	-
Juros sobre empréstimo	6 e 9	10.938	-
Contingências	10	1	-
Amortização despesa de contratação	9	(120)	-
Encargos financeiros, líquidos	9	773	-
Outros		-	34
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(5.310)	-
Estoques		(40)	(105)
Impostos a recuperar		(158)	137
Despesa antecipada		(350)	-
Outros		21	77
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		8.425	1.514
Impostos e contribuições a recolher		380	(77)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		30.532	1.545
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		6.944	(18.573)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(61.176)	(130.797)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(54.232)	(149.370)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos e financiamentos	9	35.782	150.419
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(117.965)	(18.353)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - amortização	9	(9.637)	-
Pagamento de arrendamento - principal	7	(127)	(10)
Pagamento de dividendos		(43)	-
Aumento de capital	11	131.680	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		39.690	132.056
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		21	15.790
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		16.011	21
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		15.990	(15.769)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		496	-
Valores pagos de CS:		288	8
Adição de imobilizado sem efeito caixa		10.174	26.384

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A São Luiz Energética S.A. (“São Luiz” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Foz do Estrela (“PCH”).

A acionista controladora da Sociedade é a Elera Renováveis S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Foz do Estrela	29,50	696/2003	Coronel Domingos Soares - PR

Originalmente, o prazo de vigência de autorização da PCH Foz do Estrela era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 696/2003, encerrando em 29 de dezembro de 2033. Em 07 de novembro de 2016, a Resolução nº 6.109 estendeu o período de autorização em 2.506 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 08 de novembro de 2040.

O prazo de outorga pode ser prorrogado pelo prazo de 30 anos, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Em 13 e 20 de maio de 2022, por meio dos Despachos SCG nº 1.274 e 1.357, respectivamente, as Unidades Geradoras UG 01 e UG 02 foram liberadas para iniciar a operação comercial.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/01/2021	31/12/2022
Distribuidora de energia	01/01/2023	31/12/2052

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$10.821 em 31 de dezembro de 2022 (R\$98.323 em 31 de dezembro de 2021). As ações tomadas pela Sociedade são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Sociedade é o caixa e equivalentes de caixa, depósitos restituíveis e valores vinculados, contas a receber.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado da Sociedade se refere aos gastos incorridos com a construção da usina. O ativo imobilizado enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.174. A capitalização dos juros encerrou-se no momento que o ativo entrou em operação (nota 1) e conseqüentemente não se trata de um ativo qualificável de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

l) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

m) Arrendamento

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Meio ambiente

Todos os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção da usina e registrados no ativo imobilizado até o final da construção, sendo depreciados pelo prazo de concessão.

Os gastos ambientais relacionados à manutenção da gestão ambiental da usina são reconhecidos no resultado à medida que incorrem.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	77	21
Aplicações financeiras	15.934	-
Total	<u>16.011</u>	<u>21</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	11.517	-
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	4.417	-
			<u>15.934</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

4. Contas a receber

	2022	2021
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	348	-
Contas a receber – partes relacionadas	4.962	-
	<u>5.310</u>	<u>-</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2022	2021
Saldo a vencer	5.310	-
Total	<u>5.310</u>	<u>-</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Citibank	Fundo DI	CDI	11.629	18.573
			<u>11.629</u>	<u>18.573</u>

A Sociedade possui depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente à manutenção do saldo mínimo da conta reserva do serviço da dívida, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Em curso		Total
					Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	209.407	209.407
Adições	-	-	-	-	55	130.742	130.797
Adições por capitalização de juros	-	-	-	-	-	26.384	26.384
31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	55	366.533	366.588
Adições	-	-	-	-	13	61.163	61.176
Adições por capitalização de juros	-	-	-	-	-	10.174	10.174
Transferências	11.061	35.368	256.197	135.127	-	(437.753)	-
31 de dezembro de 2022	11.061	35.368	256.197	135.127	68	117	437.938
31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Adições de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Adições de depreciação	(350)	(1.133)	(8.115)	(4.280)	-	-	(13.878)
31 de dezembro de 2022	(350)	(1.133)	(8.115)	(4.280)	-	-	(13.878)
Total em:							
31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	55	366.533	366.588
31 de dezembro de 2022	10.711	34.235	248.082	130.847	68	117	424.060

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2022 e 2021 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

	<u>Equipamentos</u>
Custo	
31 de dezembro de 2020	-
Adições	245
31 de dezembro de 2021	245
Adições	73
31 de dezembro de 2022	318
Depreciação	
31 de dezembro de 2020	-
Adições de depreciação	(27)
31 de dezembro de 2021	(27)
Adições de depreciação	(128)
31 de dezembro de 2022	(155)
Total em 31 de dezembro de 2021	218
Total em 31 de dezembro de 2022	163

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação de carros, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valor nominal dos pagamentos futuros	215	268
Ajuste a valor presente	(11)	(26)
	204	242
Passivo circulante	118	77
Passivo não circulante	86	165

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	242	-
Adições	73	245
Pagamento	(127)	(10)
Juros sobre arrendamento	16	7
Saldo final	<u>204</u>	<u>242</u>

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Montante</u>
2024	86
	<u>86</u>

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores (*)	16.536	8.544
Contas a pagar – partes relacionadas	956	543
Seguros	21	1
Total	<u>17.513</u>	<u>9.088</u>

(*) Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com obras e condicionantes a qual foi agregada ao custo do ativo imobilizado no montante de R\$15.699 em 31 de dezembro de 2022.

9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2022		2021	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,89% a.a.	14.041	203.502	14.189	198.525
Brookfield Energia Renovável	Sem encargos	-	-	74.764	-
Despesa de contratação		-	(120)	-	-
Total		<u>14.041</u>	<u>203.382</u>	<u>88.953</u>	<u>198.525</u>

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial	287.478	129.882
Captação	35.782	150.419
Juros provisionados	21.112	24.913
Amortização – principal	(117.965)	(18.353)
Amortização - juros	(9.637)	
IOF provisionado	773	617
Saldo final	<u>217.543</u>	<u>287.478</u>
Despesa de contratação	(120)	-
	<u>217.423</u>	<u>287.478</u>

Empréstimos com parte relacionada:

A Sociedade já possuía um saldo de mútuo com a Elera Renováveis S.A. no valor de R\$ 74.764 durante o ano de 2022 captou mais R\$ 29.250, sem encargos e data vencimento. O mútuo foi integralmente quitado em 2022.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimo com terceiros:

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor é composto de principal e juros, e a amortização começou a ser mensal, a partir de 17 de janeiro de 2022, tendo o contrato como vencimento final a data de 16 de novembro de 2038.

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida (Nota 5) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A sociedade apresenta garantias de alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de recebíveis e conta reserva do serviço da dívida e aval da Elera Renováveis S.A.

10. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	<u>Cível</u>
31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Adição	1
31 de dezembro de 2022	<u><u>1</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, o valor contingenciado no montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a uma ação de servidão administrativa movida por São Luiz Energética S.A.

A Sociedade possui contingência classificada como perda possível:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Riscos cíveis	11.700	8.677
Riscos tributários	982	-
Total	<u>12.682</u>	<u>8.677</u>

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para contingências--Continuação

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem 4 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 11.700 (R\$ 8.677 em 31 de dezembro de 2021), referente a três ações indenizatórias e uma cautelar.

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui um auto de infração de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 982 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 219.520 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 87.840), dividido em 159.673.309 (cento e cinquenta e nove milhões e seiscentos e setenta e três mil e trezentos e nove) ações, sem valor nominal.

Em 30 de dezembro de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Sociedade, no montante de R\$ 100, com a emissão de 72.933 (setenta e dois mil novecentos e noventa e três) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 18 de julho de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital da Sociedade, no montante de R\$ 131.580, com a emissão de 97.466.667 (noventa e sete milhões, quatrocentas e sessenta e seis mil, seiscentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido—Continuação

b.2) Saldo do lucro líquido do exercício--Continuação

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina que a Sociedade distribuirá como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

12. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	32.392	-
Resultado com CCEE (*)	666	-
	33.058	-
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(212)	-
COFINS	(978)	-
Receita operacional líquida	31.868	-

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2022	2021
Custo de geração de energia elétrica		
<i>Royalties</i> ANEEL	969	-
	969	-
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	2	-
Serviços de terceiros	316	-
Seguros	383	-
Pessoal	8	-
Depreciação	14.006	-
Telecomunicação	129	-
Outros	154	-
	14.999	-
Total do custo de geração de energia	15.967	-
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	53	-
Rateio de despesas (*)	2.536	-
Outros	33	-
Total das despesas gerais e administrativas	2.622	-
Total de custos e despesas gerais e administrativas	17.621	-

(*) A São Luiz possui com a sua controladora um contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo atualizado pelo IGP-M. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.588	-
Total	<u>1.588</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	11.212	-
Juros sobre arrendamento	16	7
Despesas com letras de crédito	10	-
Multas e encargos sobre empréstimos	3	-
Imposto sobre operações financeiras	110	-
Despesas com juros e descontos concedidos	3	-
Total	<u>11.354</u>	<u>7</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	1.046	12
Contribuição social	503	7
Total com despesas de impostos	<u>1.549</u>	<u>19</u>

Em 2022, a Sociedade apurou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	33.148	33.148	-	-
	<u>33.148</u>	<u>33.148</u>	-	-
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.652	3.978	-	-
Receitas financeiras	1.588	1.588	-	-
Outras receitas	18	18	74	74
Base de cálculo total	4.258	5.584	74	74
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	<u>1.046</u>	<u>503</u>	11	7
Outros	-	-	1	-
Total	<u>1.046</u>	<u>503</u>	12	7

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 180 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	80	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	4.882	-
		<u>4.962</u>	<u>-</u>
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A	(b)	956	543
		<u>956</u>	<u>543</u>
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A	(c)	455	43
		<u>455</u>	<u>43</u>
Mútuo a pagar			
Elera Renováveis S.A	(d)	-	74.764
		<u>-</u>	<u>74.764</u>
Resultado			
Venda de energia			
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(e)	32.392	-
		<u>32.392</u>	<u>-</u>

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, venda de energia, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade;
- (d) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 9);
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.

Durante o ano de 2022, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 335.330.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2021. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2021/2022 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2022			2021		
	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo Amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.011	16.011	-	21	21
Contas a receber	5.310	-	5.310	-	-	-
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	11.629	11.629	-	18.573	18.573
	5.310	27.640	32.950	-	18.634	18.634

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	17.513	9.088
Dividendos a pagar	455	43
Arrendamento	204	-
Empréstimos e financiamentos	217.423	287.478
	235.595	296.609

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2022 e 2021.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	16.011	21
Depósitos restituíveis e valores vinculados	11.629	18.573

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação de autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 15 de fevereiro de 2023.